



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CÂMPUS DE MIRACEMA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**JÚLIA ALMEIDA ARRUDA DE MIRANDA**

**A PRODUÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2024**

**Júlia Almeida Arruda de Miranda**

**A produção da infância no contexto do trabalho infantil**

Artigo científico apresentado à Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa

Miracema do Tocantins, TO

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M672p Miranda, Júlia Almeida Arruda de.  
A produção da infância no contexto do trabalho infantil. / Júlia Almeida Arruda de Miranda. – Miracema, TO, 2024.  
35 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2024.

Orientadora : Juliana Biazze Feitosa

1. Trabalho Infantil. 2. Infância. 3. Psicologia. 4. Capitalismo. I. Título

**CDD 150**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JÚLIA ALMEIDA ARRUDA DE MIRANDA

A PRODUÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL

Trabalho de conclusão de curso, no formato de artigo científico, apresentado na Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Miracema, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia. Orientado pela Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 17/12/2024

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, Orientadora, UFT

---

Profa. Dra. Ana Cristina Serafim da Silva, Examinadora, UFT

---

Profa. Dra. Ana Carolina Becker Nisiide, Examinadora, UNIOESTE

Este trabalho é uma dedicatória singela aos meus amados pais, irmãos e namorado pela compreensão, apoio e incentivo, sem os quais essa jornada teria sido impossível.

Às memórias de Antônio Ramos e Stefani Carol.

E a todas as crianças em contexto do trabalho infantil, que possam ter a liberdade de uma infância feliz.

## AGRADECIMENTOS

Expresso meus profundos agradecimentos aos meus pais Magno e Seny, por tornarem os meus sonhos parte dos deles, fazendo o possível e o impossível para que eu estivesse aqui. Sem o suporte grandioso e dedicado de vocês, essa trajetória não teria sido alcançável.

Aos meus queridos irmãos Mariana, João Paulo e Laura, por todos os momentos de acolhimento, apoio e afeto, e por estarem ao lado dos nossos pais, sendo o meu porto seguro.

Agradeço a vocês pela oportunidade e o privilégio de lembranças de uma vida feliz.

Ao meu namorado Guilherme, pela tranquilidade serena e o aconchego que traz no olhar ao me compreender e incentivar a conquistar meus objetivos, bem como, por acreditar que seria possível, até mesmo quando eu não acreditei.

Às minhas avós Josefa e Francisca, por serem sinônimos de força, dedicação e, acima de tudo, amor.

Aos meus familiares, por todo carinho, afeto e confiança depositados em mim.

Aos meus amigos, tanto os que encontrei ao longo da minha vida quanto os que conheci na universidade, deixo aqui meus sinceros agradecimentos. Fui agraciada com uma rede de apoio ampla, amorosa e atenta, que fizeram desse percurso universitário uma trajetória mais leve e prazerosa. Como dizia Jorge Amado: "a amizade é o sal da vida; quem tem amigos tem tudo".

Aos professores, gostaria de expressar a minha gratidão por todos os ensinamentos compartilhados ao longo do curso. Vocês não apenas transmitiram conhecimento, mas também foram inspiração de dedicação, empatia e sabedoria. Em especial, agradeço a Profa. Dra. Ana Cristina Serafim da Silva e a Profa. Dra. Ana Carolina Becker Nisiide, examinadoras da banca de qualificação e defesa deste trabalho, pelas contribuições e apontamentos excepcionais que colaboraram para construção do mesmo.

E por fim, agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, pela paciência e zelo durante esse percurso, por enxergar e valorizar meu potencial, assim como por todas as orientações realizadas de maneira humana e afetuosa.

## RESUMO

O artigo teve como objetivo analisar a vivência da infância de crianças inseridas no trabalho infantil no modo de produção capitalista, considerando o modo como ela é influenciada por essa realidade e suas determinações, bem como, discutir a maneira como a psicologia enxerga a criança marcada pelo trabalho. A relevância da pesquisa se dá na medida em que as crianças presentes no contexto do trabalho infantil são historicamente negligenciadas. Sendo assim, a compreensão dos desafios enfrentados por elas aponta para a necessidade de garantir direitos sociais de assistência e proteção. A metodologia adotada é a bibliográfica e documental. Procuramos analisar os dados inspirados no materialismo histórico-dialético, partindo de uma perspectiva crítica do fenômeno proposto. Identificou-se que o trabalho infantil se configura como uma das formas mais severas de violação dos direitos fundamentais das crianças, afetando a produção da infância em suas dimensões históricas, sociais e culturais. A infância da classe trabalhadora não é vivida sob a ótica de fragilidade e proteção, mas é moldada para o trabalho por meio da institucionalização e da educação moral. No que tange a psicologia, verificamos que a maioria dos estudos produzidos abordam o trabalho infantil de forma ampla e multideterminada, embora ainda haja pesquisas que individualizam sua produção e apostam na educação moral como solução. Por fim, reafirma-se a urgência de valorizar a infância como um período de direitos totais, com liberdade para brincar, aprender e se desenvolver integralmente, porém, sob o nosso entendimento, isso só será possível em uma sociabilidade diferente da capitalista.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil. Infância. Capitalismo. Direitos sociais. Psicologia.

## ABSTRACT

The article aimed to analyze the childhood experience of children engaged in child labor within the capitalist mode of production, considering how this reality and its determinations influence them. Additionally, it seeks to discuss how psychology perceives children affected by labor. The relevance of this research lies in the fact that children involved in child labor have historically been neglected. Thus, understanding the challenges they face highlights the need to ensure social rights, assistance, and protection. The adopted methodology is bibliographic and documentary. We seek to analyze the data inspired by historical-dialectical materialism, adopting a critical perspective on the proposed phenomenon. It was identified that child labor constitutes one of the most severe forms of violation of children's fundamental rights, affecting the construction of childhood in its historical, social, and cultural dimensions. The childhood of the working class is not experienced through the lens of fragility and protection; rather, it is shaped for labor through institutionalization and moral education. Regarding psychology, we found that most studies address child labor in a broad and multidetermined manner, although some research still individualizes its causes and relies on moral education as a solution. Finally, the urgency of valuing childhood as a period of full rights is reaffirmed, ensuring freedom to play, learn, and develop holistically. However, from our perspective, this will only be possible within a form of sociability different from capitalism.

**Keywords:** Child labor. Childhood. Capitalism. Social rights. Psychology.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A INFÂNCIA.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>PRODUÇÕES DA PSICOLOGIA ACERCA DO TRABALHO INFANTIL .....</b>	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A produção da infância é um fenômeno rodeado de complexidade, historicidade e com distintos sentidos adquiridos de acordo com o contexto socioeconômico e cultural de cada criança. Entendida como uma categoria socialmente construída, a infância é uma dimensão demarcada pela classe e grupo social (BARBOSA; MARTINS; SOARES, 2021). Vale destacar que comumente crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão expostas aos riscos do trabalho infantil, tendo suas histórias de vida marcadas pela falta de acesso aos direitos fundamentais, como demonstraremos ao longo deste trabalho.

Frente a este cenário, temos como objetivo analisar a vivência da infância de crianças inseridas no trabalho infantil no modo de produção capitalista, considerando o modo como ela é influenciada por essa realidade e suas determinações. Procuramos discutir a maneira como a psicologia enxerga e compreende a criança marcada pelo trabalho.

Ao longo da história, a infância nem sempre foi considerada uma categoria relevante. Esse anonimato devia-se à ausência da ideia geral de criança na pré-modernidade e a carência de uma consciência social acerca de sua categorização. No decorrer do tempo, especialmente, no período da idade moderna, foram surgindo novas representações de crianças e a infância foi sendo reconhecida como fase do desenvolvimento humano, ganhando, portanto, destaque na sociedade (BOARINI; BORGES, 1998). No campo legal, no artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera-se criança, para propósitos jurídicos, a pessoa até doze anos de idade incompletos, diferenciando-se dos adolescentes que são entendidos por pessoas que tem entre doze e dezoito anos (BRASIL, 1990). Nesse contexto, a criança é conceituada como um sujeito de direitos, independentemente de sua condição pessoal, social e ambiental.

Na Psicologia, a categoria infância também pode ser pensada sob uma lógica desenvolvimentista, na qual se acredita que o desenvolvimento infantil implica na elaboração gradual de diferentes estruturas ao longo do tempo, que inicia desde o seu nascimento acompanhando sua maturação, em um processo contínuo. Além disso, essa teoria defende que o sujeito é um ser ativo que estabelece relações significativas com o meio e com o outro, e que essas interações o constroem enquanto ele também exerce influência sobre elas (MARTINS, 2010). No entanto, cabe salientar que apesar das consideráveis contribuições dessa lógica para o campo da psicologia, elegemos a perspectiva crítica como dialética para suscitar as discussões nesse presente estudo, compreendendo o conjunto criança como uma

construção histórica e social, além de discutir o desenvolvimento infantil com base nas circunstâncias econômicas, sociais e culturais em que estão inseridas.

Esclarecemos que nosso objeto de estudo está circunscrito na visão crítica pelo fato de considerar que a constituição da infância se dá em um processo histórico e dialético, englobando as interações entre as forças de trabalho e as estruturas sociais de produção que determinam os conflitos de classes (BARBOSA; MARTINS; SOARES, 2021).

Em uma sociedade de classes, não é possível se apreender a criança como sujeito concreto se ela for pensada como criança em abstrato. É preciso compreendê-la essencialmente a partir de sua classe social de origem, daí depreendendo-se quais sejam seus interesses e necessidades para além da aparência da condição infantil [...] (PASQUALINI, 2010, p. 104-105).

Nesse contexto, é fundamental analisar e identificar as contradições de classes nas relações histórico-sociais. Essas contradições foram o ponto de partida para importantes rupturas entre a experiência de ser criança, conforme a especificidade construída e a simples condição de criança vista como um processo biológico de maturação (BOARINI; BORGES, 1998). No entanto, embora tenha mudado a forma de percepção sobre a infância, as análises realizadas sobre esse tema ainda se concentram nas características das dinâmicas do desenvolvimento individual, sem considerar adequadamente os aspectos históricos, sociais e culturais. O trabalho infantil é uma das maneiras de examinar e compreender a construção social do lugar da infância na sociedade (ALBERTO et al., 2010).

As crianças pobres sempre foram confrontadas com a situação do trabalho. Desde o início, na construção do Brasil, crianças e adolescentes foram expostas a situações de exploração e violência pelos colonizadores portugueses, sendo sujeitados a trabalhar para seus donos. Para Del Priore (2010), a experiência da escravidão evidenciou as crianças trabalhadoras como uma mão de obra mais obediente, econômica e capaz de se adaptar ao trabalho com facilidade.

Durante os séculos XIX e XX, no contexto da industrialização, muitas famílias, conseqüentemente, muitas crianças, deixaram o campo em direção às cidades em busca de uma vida melhor. Com a oferta de mão de obra superando a demanda, as crianças passaram a ser consideradas para exercer tanto trabalhos operários quanto domésticos, uma vez que seu labor é considerado barato e geralmente não qualificado (RIZZINI, 2010).

Em função da falta de garantia de direitos, essas práticas colonizadoras se reproduziram de outras maneiras (DEL PRIORE, 2010). A título de exemplo, podemos citar os processos de modernização e democratização que trazem em seu bojo a desigualdade estrutural, produto de uma sociedade baseada na exploração e exclusão, que isolam e

segregam às crianças da classe trabalhadora (BARBOSA; MARTINS; SOARES, 2021). Essa nova organização social tem por objetivo primordial manter um controle constante sobre os meios de produção e acúmulo de capital, de forma a expropriar cruelmente os bens produzidos pela classe trabalhadora, bem como, busca-se estabelecer mecanismos de legitimar os interesses das classes hegemônicas, impedindo assim que os trabalhadores possam reagir à exploração (BARBOSA; MARTINS; SOARES, 2021).

Em face a esses ideais é que se descobre a criança enquanto força de trabalho. Barbosa, Martins e Soares (2021, p.44) apontam que “um número expressivo delas está presente no mundo do trabalho, sofrendo processos de explorações intensos” nos diversos espaços, bem como, no próprio núcleo familiar. Esses trabalhadores infantis, majoritariamente, se encontram em um cenário de fragilidade socioeconômica, no qual o trabalho passa a ser a fonte de renda para manutenção da família (DEL PRIORE, 2010). Para mais, a autora supracitada relata que se reproduzia, como uma forma de controle, a teoria de que o trabalho seria a solução capaz de combater a criminalidade e a delinquência.

Devido à segregação que se observa na modernidade, crianças são expostas a diferentes formas de integração e ocupação, tornando-se suscetíveis a marginalização e ao encontro, desde muito cedo, com o álcool e outras drogas. Nesse sentido, frente a uma ideologia burguesa e a um contexto de prevenção contra a ociosidade e a violência, é que se normalizou a concepção de que as crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica deveriam trabalhar desde muito cedo, sendo privadas do direito à infância (AGUILAR FILHO, 2011).

Nessa perspectiva, o fenômeno do trabalho infantil é um problema social enraizado na história da humanidade. Por se tratar de um fenômeno complexo, deve ser analisado sob diferentes perspectivas, considerando uma gama de fatores como os de ordem econômica, cultural, educacional, política, jurídica, entre outros. Posto isso, pode ser caracterizado como uma atividade desenvolvida pela criança trabalhadora que por sua natureza ou circunstância de sua realização impacta no desenvolvimento desta (BASTOS, 2022).

Frente à realidade social, econômica e cultural que permeia a formação do Brasil, o campo da legislação brasileira avançou ao elaborar políticas de assistência para a categoria infância, possibilitando para as crianças e adolescentes a garantia dos direitos sociais. No artigo 227º da Constituição Federal brasileira é direito social da criança: “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, além da proteção de toda forma de negligência, exploração, violência e crueldade (BRASIL, 1988). Esta determinação se

amplia no ECA, o qual vai dizer que é dever da sociedade e do poder público assegurar a efetivação dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes (BRASIL,1990).

O avanço do capitalismo e o conseqüente aumento das disparidades sociais favoreceu para ascensão da proteção social, a qual implica na distribuição ou redistribuição de recursos e serviços sociais para grupos considerados vulneráveis (ZANIANI; BOARINI, 2011). Desta forma, é perceptível que as leis do Brasil refletem a luta histórica dos grupos sociais em busca dos direitos das crianças, destacando a urgência da sociedade e do Estado garantirem esses direitos como uma prioridade (BARBOSA; MARTINS; SOARES, 2021). No entanto, a cronologia dos acontecimentos revela que idealizar uma organização que atenda às necessidades para uma infância íntegra não é e nem será o bastante para modificar a realidade se não houver a efetivação dos direitos sociais, como mostra os dados a seguir.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2019 (Pnad Contínua), cerca de 1,8 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos estão em situação de trabalho infantil, dentre eles, 706 mil estavam sujeitos às formas mais graves de trabalho (PNAD, 2022). Logo, nessas condições, o trabalho torna-se um obstáculo para o pleno desenvolvimento moral, físico e social da criança (BASTOS, 2022). Em 2022, o Brasil contabilizou 1,9 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos envolvidos em trabalho infantil. Esse número corresponde a 4,9% da população nessa faixa etária. Anteriormente, o total de crianças e adolescentes nessas condições vinha diminuindo, conforme indicam os dados do módulo sobre trabalho infantil da Pnad Contínua de 2019. Entretanto, em 2022, esse contingente aumentou significativamente (PNAD, 2022).

Quatro em cada dez (40,6%) crianças e adolescentes envolvidos em trabalho infantil dedicavam até 14 horas por semana, enquanto 14% atuavam entre 25 e 39 horas. Além disso, uma em cada quatro (24,9%) dessas crianças trabalhavam entre 15 e 24 horas semanais, e uma em cada cinco (20,5%) cumpria uma carga de 40 horas ou mais. Outro aspecto destacado pela Pnad foi a quantidade de crianças e adolescentes ocupadas nas piores modalidades de trabalho infantil. A abordagem metodológica adotada para realizar a coleta de dados foi desenvolvida com a colaboração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Ministério da Cidadania, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Ministério Público do Trabalho e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, além de outras entidades. Em 2022, o país registrava 756 mil crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos envolvidos nas formas mais graves de trabalho, que apresentavam riscos de acidentes ou eram prejudiciais à saúde. Esse número representa 46,2% dos 1,6 milhão de crianças e adolescentes que desempenhavam atividades econômicas (PNAD, 2022).

Bastos (2022) apresenta que, segundo o Informe sobre o Trabalho Infantil do Tocantins de 2020, o estado do Tocantins é conhecido por ter uma longa história de altas taxas de trabalho infantil. A mesma autora referida identificou, em especial, na cidade de Palmas, que as idades das crianças inseridas no mundo do trabalho variam entre 6 e 18 anos, sendo estas, em sua grande maioria, pretas e pardas. Análogo a isso, a partir da pesquisa realizada por Silva e Duarte (2020) em uma cidade da região central do Tocantins, foi encontrado que o trabalho, em sua grande maioria, é desempenhado por crianças e adolescentes que possuem idade entre 11 e 16 anos, que trabalham para e com suas famílias, tanto na área rural quanto na urbana. As atividades englobam diferentes tipos, sendo as vendas em locais públicos como praças, ruas, praias, mercados e festas as mais comuns.

Esses dados mostram que há uma disparidade na assistência e proteção infantil, além de ressaltar o fenômeno da desigualdade social. Dessa forma, a rede encarregada de cuidar e assegurar os direitos sociais não tem encontrado êxito nessa tarefa, mantendo-se a violação contínua dos direitos de crianças e adolescentes (SILVA, 2018). É evidente a existência de uma grande diferença entre a realidade infantil almejada daquela a qual a criança vive diariamente imersa na sociedade. “O mundo que a ‘criança deveria ser’ ou ‘ter’ é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes, sobrevive” (DEL PRIORE, 2010, p.8).

As informações expostas nos levam a questionar: de que modo a experiência do trabalho infantil impacta a construção da infância e como a psicologia tem compreendido a produção do trabalho infantil?

A ideia de vulnerabilidade social está ligada aos riscos sociais e às circunstâncias que podem levá-los a ocorrer. Para Jaccoud (2009) quanto maior a vulnerabilidade social, maior é a chance de enfrentar riscos sociais, bem como, de sofrer danos mais significativos quando expostos a esses riscos. Ademais, a vulnerabilidade social não se restringe apenas à pobreza, mas abrange uma gama ampla de situações como desemprego, enfermidades, dificuldades na inserção no mercado de trabalho, situações de violência, entre outras.

A vulnerabilidade social é entendida como um áspero processo de exclusão e desproporção social, produtor da falta de acesso à alimentação, saúde, educação, da ausência de recursos materiais mínimos para a sobrevivência e bem-estar, além da escassez dos vínculos afetivos familiares e das outras diferentes relações (SCOTT et al., 2018). Em nosso estudo, manteremos o enfoque na vulnerabilidade socioeconômica, compreendendo esse fenômeno a partir das dimensões sociais e econômicas que atravessam os sujeitos.

Do ponto de vista dos objetivos aqui propostos, cabe lembrar, desde logo, algumas dificuldades que se apresentam. Uma primeira refere-se ao esquecimento das crianças

presentes no contexto do trabalho infantil. Historicamente ignoradas, essas crianças têm sido negligenciadas, estando à margem devido à visão capitalista adotada pela elite econômica e política que as mantém invisíveis (BARBOSA; MARTINS; SOARES, 2021). No ponto de vista social, é impossível padronizar o seu significado porque este não é único, mas sim construído a partir das interações da criança dentro do contexto cultural, da classe social, do sistema político e econômico ao qual está inserida.

Nessa perspectiva, essas crianças têm suas vidas influenciadas pela criminalidade, pobreza, violência, abandono e negligência. Considerando a infância como um período de incompletude, essa combinação de diversos fatores é percebida como prejudicial para o seu desenvolvimento psicossocial (ZANIANI; BOARINI, 2011). Uma segunda diz respeito à escassez de materiais e trabalhos que abordam o tema. Embora existam estudos sobre infância e o trabalho infantil, poucos se concentram nas experiências específicas em termos da produção da infância. Seguindo esse pressuposto, o presente estudo poderá ajudar a compreender os desafios enfrentados por essas crianças, além de apontar para a necessidade de uma movimentação no que diz respeito aos direitos sociais de assistência e proteção às crianças.

É de suma relevância debater esse assunto dentro do campo da psicologia, considerando que o profissional deve pensar de forma crítica acerca do processo de produção do sujeito e do modo como um indivíduo se constitui em uma sociedade. É fundamental que o profissional atue de forma articulada, favorecendo a inclusão social da criança e a redução dos efeitos da desproteção social.

A realização da pesquisa se justifica pelo crescente número de crianças presentes no mundo do trabalho nos últimos anos no Brasil e pela permanência delas nesse ambiente de exploração, evidenciando a necessidade de uma compreensão mais aprofundada do fenômeno. Para mais, “muitas das iniquidades têm origem em aspectos culturais, ideologias, preconceitos e estereótipos que apartam e determinam desvantagens e vulnerabilidade” (UNICEF, 2003, p.31). Tal premissa nos provoca a pensar sobre o fenômeno na sua totalidade e as suas determinações históricas.

A seguir, descrevemos o caminho metodológico adotado em nosso estudo.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa classifica-se como qualitativa, bibliográfica e documental, partindo de uma análise histórica e crítica dos processos de construção da infância marcados pelo trabalho infantil. Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa foca em analisar de que forma um determinado fenômeno se apresenta nos procedimentos e interações que acontecem entre os seres humanos e suas complexas relações sociais, estabelecidas em diferentes contextos. Além disso, essa abordagem aprofunda-se no universo dos significados das ações e trocas humanas, explorando o mundo das atitudes, crenças, e valores, o que representa uma dimensão mais profunda dos fenômenos que não podem ser simplificados apenas pela operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002).

A pesquisa bibliográfica implica em utilizar informações realizadas e registradas por estudos anteriores, as quais fornecem a base para que o pesquisador possa compreender um determinado assunto ou questão (GIL, 2002). Desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, a pesquisa bibliográfica é fundamental no processo para embasamento teórico ao decorrer da construção da pesquisa, pois apresenta os pressupostos necessários para a análise dos documentos obtidos.

Os materiais levantados em nossa pesquisa estão centrados principalmente nos artigos publicados nos bancos de dados eletrônicos Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), sendo utilizado como descritores os termos: Infância, Trabalho infantil, psicologia e trabalho infantil, produção da infância e trabalho infantil, Infância e trabalho infantil e psicologia (Quadro 1).

Gil (2002), na pesquisa documental utilizamos fontes variadas e dispersas, se diferenciando da bibliográfica. O autor considera que a grande vantagem dessa abordagem está no fato de que os documentos são uma fonte rica e estável de informações, pois permanecem intactos ao longo dos anos, tornando-se essenciais em estudos de cunho histórico. Quanto à coleta de dados, as fontes documentais do presente estudo foram localizadas na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge), na Pnad Contínua, nos dados do Ministério Público do Trabalho, no Mapa do Trabalho Infantil, nos Dados do Disque 100, nos relatórios da Unicef, dentre outros.

Quadro 1 – Artigos selecionados para análise

<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>
Amanda Gomes da Rocha	A psicologia no enfrentamento ao trabalho infantil: um relato de experiência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	Universidade Federal do Tocantins	2023
Ana Cristina Serafim da Silva	O trabalho infanto-juvenil em oficinas mecânicas e lava a jatos no Tocantins.	Trabalho (En) Cena	2018
Ana Cristina Serafim da Silva e Maria de Fátima Pereira Alberto	Os processos de silenciamento e naturalização do trabalho infantil na sociedade brasileira.	Tendências em Psicologia	2022
Ana Cristina Serafim da Silva e Raimara Pereira Lourenço Duarte	O trabalho infantojuvenil e a ausência de dados: percepção da rede de proteção	Barbarói	2020
Herculano Ricardo Campos e Rosângela Francischini	Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano	Psicologia em Estudo	2003
Indira Caldas Cunha de Oliveira e Rosângela Francischini	Direito de brincar: as (im)possibilidades no contexto de trabalho infantil produtivo	PsicoUSF	2009
Ízabel Christina do N. Feitosa et al.	O trabalho precoce e as políticas de saúde do trabalhador em Natal	Estudos de Psicologia (Natal)	2001
Letícia Coelho da Costa Nobre.	Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde.	Ciência e Saúde Coletiva.	2003
Maria Cristina Neiva de Carvalho e Paula Inez Cunha Gomide.	Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei	Estudos de psicologia (Campinas)	2005
Maria de Fátima Pereira Alberto e	Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski	Psicologia em estudo	2011

Denise Pereira dos Santos			
Maria de Fátima Pereira Alberto et al.	Trabalho infantil e ato infracional: análise histórico-cultural do desenvolvimento infantojuvenil	SPAGESP	2020
Maria de Fátima Pereira Alberto et al.	O trabalho infantil na rua	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2010
Renata Lopes Costa Prado	Trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos: uma interpretação ideológica	Estudos de Psicologia (Campinas)	2013

Fonte: Construído pela autora (2024).

Para mais, utilizamos como recurso facilitador para discutir a temática, a obra literária “Capitães da Areia”, romance de autoria do escritor brasileiro Jorge Amado (1912- 2001), escrito originalmente em 1987. A narrativa apresenta a realidade diária de um grupo de crianças e adolescentes em situação de rua na capital da Bahia, Salvador. Esses meninos, conhecidos como capitães, somam aproximadamente cem ou mais jovens com idades entre 9 e 16 anos, sendo que quarenta destes ocupam um trapiche (velho armazém) abandonado no cais do porto. Diante desse ambiente, os jovens costumavam pedir dinheiro ou furtar para conseguir comida, bem como, faziam dessas atividades suas práticas laborais. O autor não se limitou apenas a descrever os furtos e comportamentos agressivos desse contexto brutal, mas buscou utilizar a obra como uma forma de denúncia social, enfocando a pobreza vivida pelos personagens e o mascaramento do estado frente a esta realidade.

Ao longo do estudo, foi tecendo-se fios entre o passado e o presente com o intuito de ilustrar como a experiência do labor, da exploração e violência impacta as crianças retratadas no livro, bem como, aqueles presentes na realidade cotidiana. A partir do estudo de obras literárias é possível focalizar importantes aspectos da história. De acordo com Pesavento:

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. [...] Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2008, p. 82-83).

Nessa perspectiva, a obra permitiu uma aproximação com a experiência da infância no contexto da marginalização, exclusão social e da exploração do proletário, enriquecendo a discussão através da arte.

Quanto à compreensão de nosso objeto de estudo, buscamos entender a história da infância e a sua relação com o trabalho a partir do conceito de trabalho no modo de produção capitalista proposto por Marx (1818/1883) em sua obra *O capital*, que o entende como um processo complexo e histórico, resultante da separação do trabalhador de sua essência humana, tornando-o em uma mercadoria explorada para a obtenção de lucro.

Ao analisar os dados, cabe ao pesquisador estabelecer um diálogo crítico com o material, examinando minuciosamente as informações apresentadas antes de reproduzi-las (BATISTA; KUMADA, 2021). No referido estudo, avaliamos os dados sob a perspectiva crítica, reconhecendo o sujeito como um ser social produzido por suas relações e pelas determinações essencialmente históricas, procurando enxergar para além da superfície do fenômeno.

Outrossim, a interpretação das informações inspira-se no materialismo histórico e dialético. Conforme Gonçalves (2005) explica, nessa abordagem o foco está na relação entre indivíduo e sociedade, assim como na produção de discursos, os quais contém os registros sociais produzidos ao longo da história, bem como os registros pessoais relacionados às ações, pensamentos e afetos do indivíduo. Ademais, o processo dialético considera o movimento histórico, a contradição e o conflito, a totalidade e a unidade dos opostos, além de abranger durante toda a pesquisa as nuances filosóficas, materiais e políticas envolvendo o tema em análise (LIMA; MIOTO, 2007). Posto isso, faz-se necessário compreender o fenômeno da produção da infância por meio de uma abordagem coletiva e crítica, que leve em consideração as condições reais das crianças em situação de trabalho.

Apresentamos os resultados e discussões divididos em duas seções. Na primeira discutimos as relações do trabalho infantil com a infância, partindo da sua concepção no sistema capitalista e do papel da criança nesse trabalho alienado. Logo após, abordamos as contribuições da psicologia e a maneira como essa ciência entende esse fenômeno.

### 3 TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A INFÂNCIA

Ao longo da extensa trajetória da humanidade, na contínua busca pela sobrevivência e pela conquista do bem-estar social, o trabalho tem desempenhado um papel crucial, não apenas ao definir e orientar as necessidades dos homens, mas principalmente, ao influenciar no processo da sua constituição. Conforme Marx (1867), em seus escritos no Livro I de O Capital, o trabalho é, antes de tudo, a mediação entre o homem e a natureza, processo este em que ao atuar sobre a natureza e alterá-la através de suas ações, o homem também modifica o seu próprio ser social. Este fenômeno de transformação mútua converte o trabalho em um componente fundamental da sociabilidade humana. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem” (p.102).

Seguindo a perspectiva de Marx, foi no trabalho que o ser humano se distinguiu das demais espécies animais. É memorável a diferenciação proposta pelo filósofo entre “a melhor abelha e o pior arquiteto”, enquanto a primeira labora guiando-se pelo instinto, o segundo concebe previamente a atividade que deseja realizar, orientando-se por um objetivo (ANTUNES, 2008). Dessa forma, os sujeitos que trabalham são dotados de consciência, uma vez que possuem capacidade de organizar e estruturar antecipadamente o desenho que desejam atribuir ao objeto de seu trabalho.

Caracterizado como uma realização essencialmente humana, o trabalho é compreendido como um processo que apenas o homem é apto de desempenhar em razão da sua habilidade de assimilar e moldar matérias naturais, de acordo com suas necessidades.

O processo de trabalho, [...], é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1867, p. 192).

Nesse contexto, concebe-se a categoria trabalho como a ação consciente do ser humano sobre a natureza, essencial para assegurar a existência humana e constituir seus valores, bem como, garantir o próprio avanço da civilização. No entanto, os pressupostos do marxismo acerca do trabalho se distinguem da concepção de trabalho que vigora na sociedade capitalista. Se por um lado, o homem possui o poder de modificar a natureza através do trabalho, por outro lado, a sociedade capitalista tem o poder econômico de submeter o ser humano ao controle de outros indivíduos, estruturando a vida em um sistema de exploração e marginalização (PERES, 2022).

O sociólogo marxista Ricardo Antunes (2008) destaca que, para a classe trabalhadora, o trabalho, enquanto atividade vital que funda a essência da vida humana, configura-se como trabalho estranhado, refletindo uma relação social sustentada na propriedade privada e no dinheiro. Nessa perspectiva, o ser social encontra-se alienado tanto em relação ao produto de seu trabalho quanto ao próprio ato de produzir a vida material, distanciando-se de si mesmo. Assim, como nos mostra a análise marxista, o indivíduo estabelece uma relação de estranhamento com o próprio homem e com o gênero humano.

O que antes era um aspecto fundante do sujeito social converte-se em um meio para manutenção da vida. Acontece que na sociedade capitalista o trabalho útil assume a forma de trabalho assalariado e alienado, transformando a força de trabalho em mercadoria. O trabalhador torna-se, portanto, dependente do seu próprio objeto, sendo subordinado ao capital, com intuito de servir prioritariamente à sua valorização e a produção de novas mercadorias (ANTUNES, 2018).

Em sua obra “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx (2004) aponta que o capital representa a força de trabalho acumulada, consistindo em cada conjunto de bens oriundos da terra e da produção manufaturada, que proporcionam ganho ao seu proprietário. Para o capitalista, a aplicação mais vantajosa desse capital é aquela que produz os maiores retornos. Dessa forma, os interesses desta classe não estão igualmente ligados aos interesses gerais da sociedade. Trata-se da existência de uma organização social que insere o público em um regime de apropriação do trabalho produzido coletivamente.

O capital é, portanto, o *poder de governo (Regierungsgewalt)* sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do capital. O poder *de comprar (Kaufende Gewalt)* do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder (MARX, 2004, p. 40).

Tomando a história como referência, a partir de 1760, o poder do qual Marx citou articulado com a ambição do proprietário capitalista, levou-o à Revolução Industrial, período de profundas e intensas transformações no processo de produção. Motivada pelo desenvolvimento do mercado consumidor e pela possibilidade de lucrar, a classe burguesa investiu seu capital acumulado nos modos de produção, redirecionando o foco do trabalho manual para a produção em massa nas indústrias, por meio da compra de máquinas. Nesse período, buscou-se estabelecer condições para produzir de maneira mais econômica e com maior qualidade, o que se traduziu em um tempo reduzido de fabricação, menores gastos na execução e, conseqüentemente, menores salários (SANTOS; ARAÚJO, 2016).

Com intuito de atender o crescimento acelerado do mercado mundial e se destacar frente à sua concorrência, os capitalistas ingleses implementaram um processo que subordinava a força de trabalho ao capital. Tal método possibilitou a extração da mais-valia e a exploração dos trabalhadores e suas capacidades além da necessidade de produção, extraindo mais valor do que aquele que lhes foi oferecido, como elucidado por Santos e Araújo (2016). Conforme a indústria, o comércio e os meios de transportes se fortaleciam, a burguesia multiplicava-se, aumentando seus capitais à medida que deixavam a classe trabalhadora em segundo plano.

As fábricas criaram um mundo produtivo em que o trabalhador perdia todo o seu controle sobre o processo produtivo ao tempo que sucumbia à determinação do proprietário do capital. Processo que transformou um “trabalhador assalariado livre”, alienado, pois o trabalho se apresenta distante e indiferente da sua vida real, fruto da apropriação do produto de seu trabalho pelo capitalista. Além de ser expropriado do produto final de seu trabalho, o trabalhador se torna sujeito às normas de produção impostas pelo capital (SANTOS; ARAÚJO, 2016, p.6).

Na considerável obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Friedrich Engels (2010) enfatiza que as consequências da introdução das máquinas foram prejudiciais aos operários, visto que a crescente busca por esses dispositivos resultou em desemprego estrutural e miséria. Perder o emprego é, na maioria dos casos, o que há de mais negativo na vida de um operário. Além do mais, essa condição provoca nos trabalhadores um efeito desgastante e angustiante, em razão da insegurança sobre seu futuro, gerada pelo avanço mecânico incessante e pela ameaça da ausência de remuneração, seu meio de sustento. Como consequência desse cenário desesperador, a classe proletária se submetia a condições insalubres no ambiente industrial em troca de salários mais baixos, a fim de evitar a falta de emprego.

Segundo Marx (1867), os efeitos da economia nacional revelam um aspecto fundamental e integrante do capitalismo: a desvalorização do ser humano por sua mercadoria. Nesse sentido, a classe operária tornou-se alienada pelo seu próprio meio de subsistência e inserida em um ciclo de pobreza. Essa condição se agrava ainda mais em função da competição interna entre os proletários, especialmente após a entrada de trabalhadores imigrantes que, diante do cenário, aceitavam salários inferiores.

Outro notável aspecto da progressiva eliminação da mão de obra do homem adulto na indústria foi a inserção de mulheres e crianças no sistema fabril. De acordo com Engels (2010), no capítulo “Os diferentes ramos da indústria: os operários fabris em sentido estrito”, à medida que as máquinas substituíam o trabalho bruto, os homens com musculaturas desenvolvidas e força física tornavam-se dispensáveis, uma vez que o serviço que restava

exigia apenas agilidade. Assim, a força de trabalho preferencial dos proprietários eram as mulheres e crianças, pois tinham maior habilidade manual e se configuravam como mão de obra barata.

Outrossim, desde o início da indústria as crianças foram empregadas nas fábricas, em função de sua fisionomia pequena e desenvoltura. Responsáveis por realizar a manutenção dos equipamentos, elas adentravam nas estreitas dimensões das máquinas. Para conseguir mão de obra infantil, os fabricantes buscavam as crianças nas instituições de assistência social à infância, comprando seus serviços de jovem “aprendiz” por um determinado tempo. Reunidas em grupo e uniformizadas, eram naturalmente submetidas à escravidão, servas do proprietário, que as tratava de maneira cruel e desumana (ENGELS, 2010).

Pensar a infância demanda pensar a íntima ligação entre a sua construção social e a exploração do trabalho infantil. Conforme o francês Philippe Ariès (1914-1984), autor da clássica obra “História Social da Criança e da Família”, era provável que a infância não possuísse um lugar nas sociedades antigas. Até o século XII, a infância era marcada por um anonimato generalizado, sendo percebida de maneira restrita e associada apenas à fase de vulnerabilidade física. Após dominarem habilidades que os homens consideravam essenciais, as crianças começavam a trabalhar junto aos adultos, inserindo-se nesse ambiente sem uma transição distinta para a juventude.

Segundo o autor supracitado, a partir dos séculos XV e XVI, especificamente no século XVII, foram surgindo representações e manifestações que evidenciavam o espaço que a criança conquistava na percepção social, assim como o surgimento de um novo sentimento da sociedade em relação a elas. Contudo, Ariès mencionava o reconhecimento social de uma infância específica: a da classe social dominante, que surgiu como um objeto de conhecimento e afeto, na qual a figura da criança burguesa estava associada com noção de ingenuidade e inocência. Em contrapartida, as crianças da classe trabalhadora, os filhos dos camponeses, permaneciam no anonimato, mantendo-se no antigo modo de vida que não fazia distinção entre crianças e adultos, “nem através do traje, nem através do trabalho” (ARIÈS, 1973, p.81).

A concepção de que todos vivenciam a infância igualmente domina o ideário popular, no entanto, embora as fases da vida estejam associadas aos aspectos biológicos, é preciso considerar a diversidade de crianças produzidas pelas relações de produção. Conforme Boarini e Borges (1998) a infância idealizada pela burguesia não foi vivida pela criança da camada trabalhadora. Com intuito de assegurar sua própria sobrevivência e a de sua família,

os filhos dos operários realizam, de maneira precoce, a prática do trabalho fora do núcleo familiar, questionando, assim, a concepção de fragilidade e dependência.

Retomando a trajetória do período de advento do sistema de produção capitalista, a história social da criança proletária, fruto do processo de industrialização, foi se produzindo sobre a raiz da negação de sua condição infantil. Privadas dos anos da vida que deveriam ser dedicados ao seu desenvolvimento físico e intelectual, eram empregadas na fábrica sob a alegação da classe burguesa, de que se não estivessem trabalhando, estariam em situações econômicas desfavoráveis e prejudiciais (ENGELS, 2010). No entanto, essa argumentação encobre a exploração com a narrativa da necessidade econômica, ocultando as verdadeiras causas estruturais. A luz de sua ideologia, a burguesia primeiramente coloca os trabalhadores em uma posição insustentável e, em seguida, beneficia-se dessa situação (MARX; ENGELS, 1998).

Em seu clássico estudo *O Capital*, Marx (1867) refere-se à realidade das crianças da classe trabalhadora como “herança maldita”, destacando que a situação dos proletários refletia os aspectos mais negativos promovidos pela burguesia industrial. Com o objetivo de assegurar maiores lucros e mais-valia, as lógicas cruéis de exploração aplicada aos adultos, tanto homens quanto mulheres, eram igualmente utilizadas na exploração do trabalho infantil.

Ademais, no capítulo intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, Marx (1988a) menciona a história de crianças abandonadas que viviam nos asilos paroquiais de Londres e Birmingham na Inglaterra. Durante o século XIX, as crianças foram enviadas para região Norte do país, com intuito de trabalharem na indústria.

Em muitos distritos industriais, especialmente no Lancashire, as mais terríveis torturas foram impostas a essas criaturas inofensivas e abandonadas, entregue aos patrões das fábricas. Essas crianças foram esgotadas até a morte pelo excesso de trabalho, chicoteadas, presas, martirizadas com requintes de crueldade, frequentemente deixadas quase inteiramente a morrer de fome, sendo mantidas no trabalho a golpes de chicote (MARX, 1988a, p. 283).

Os menores eram expostos a ambientes hostis com jornadas de trabalho intensas, que variavam de quatorze a dezesseis horas, além dos maus-tratos por parte dos vigilantes, e até mesmo, pelos próprios fabricantes. Os efeitos dessa exploração chegavam ao ponto de acarretar suas mortes. Dessa maneira, o movimento de mudança na forma de produção e, conseqüentemente, no trabalho, foi perverso para a camada operária e seus filhos (ENGELS, 2010).

Esse processo apontado por Engels faz referência não somente as condições precárias no ambiente de trabalho, que afetam o bem-estar social, físico e mental dos operários, como

também, a exploração da força de trabalho, cuja consequência é a existência e manutenção da pobreza e vulnerabilidade socioeconômica. É a intensa exploração da mão de obra que fundamenta e explica os elevados números de crianças no contexto do trabalho infantil, atuando como fator essencial para a continuidade do sistema capitalista. (SILVA; ALBERTO, 2022).

Considerando o exposto, o trabalho infantil é um problema social e pilar estrutural de nossa sociedade, servindo ao funcionamento do sistema de produção do capital. Nesse contexto, a situação da classe trabalhadora e de sua descendência “é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2010, p.41).

Pensando o fenômeno descrito no contexto brasileiro, discutiremos as contribuições da obra *Capitães da areia* para o presente estudo. Nesta, Jorge Amado versa sobre a vida de crianças abandonadas nas ruas da cidade de Salvador, na primeira metade do século XX, às vésperas da decretação do Estado Novo, em 1937. O romancista descreve que as crianças abandonadas, em sua grande maioria meninos pretos e pardos, fizeram do furto o seu meio de trabalho, chegando a vender sua mão de obra à classe burguesa, que os procuravam para realizar serviços no qual, na visão popular, se encaixaria como trabalho impróprio. “Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões”, era dessa maneira que o grupo de meninos órfãos viviam suas infâncias obscuras, à margem da civilização, inseridos desde muito cedo ao mundo adulto (AMADO, 2008, p.22).

Os Capitães da Areia eram como homens, eram iguais a homens. Toda a diferença estava no tamanho. [...] desde cedo furtavam para viver como os ladrões da cidade. Quando eram presos apanhavam surras como os homens. Por vezes assaltavam de armas na mão como os mais temidos bandidos da Bahia. Não tinham também conversas de meninos, conversavam como homens. Sentiam mesmo como homens. Quando outras crianças só se preocupavam com brincar, estudar livros para aprender a ler, eles se viam envolvidos em acontecimentos que só os homens sabiam resolver. Sempre tinham sido como homens, na sua vida de miséria e de aventura, nunca tinham sido perfeitamente crianças (AMADO, 2008, p.271).

No citado romance, desde a tenra idade, Pedro Bala (chefe dos capitães da areia), João Grande, Professor e os demais personagens, sobreviviam no contexto de rua, sendo constantemente atravessados pelo estigma de delinquentes e criminosos, bem como, separados da ideia de fragilidade, ao serem cotidianamente expostos à violência e seus sinônimos. Como forma de transformá-los em homens “dignos”, a burguesia defendia a inserção e internação dessas crianças nos reformatórios, no qual eram aplicados castigos como metodologia edificante e geradora de verdadeiros trabalhadores.

Em concordância com Silva e Alberto (2022), ao longo do tempo, aliado a ideologia da vadiagem e do trabalho como solução, as condições materiais e ideológicas têm contribuído para a inserção de crianças e adolescentes em formas de trabalhos degradantes. Contudo, dadas às circunstâncias adversas da pobreza, os meninos descritos no romance são forçados a fazer do roubo, da prostituição e do trabalho infantil a sua estratégia para sobrevivência e suprimento de suas necessidades básicas.

Outro aspecto que se destaca neste romance é que, ao longo de sua narrativa, revela-se a segregação das classes e as contradições que permeiam estas relações. Em uma das cenas descritas na obra, o padre José Pedro, amigo do grupo, reflete sobre as inúmeras tentativas de ajudar os meninos, chegando a conclusão de que refletir sobre essas crianças exige considerar as suas diferenças e particularidades, tendo em vista que diferentemente das crianças burguesas não gozavam dos ideais da infância burguesa. As crianças dos capitães de areia, tendo suas realidades marcadas pelo cenário da grande liberdade das ruas, não puderam vivenciar uma infância destinada apenas ao seu desenvolvimento.

Embora houvesse a sensação de liberdade, a construção da subjetividade desses sujeitos é caracterizada pela ausência de afeto e desprezo da sociedade, recursos que corroboram para a manutenção das desigualdades sociais e da vulnerabilidade socioeconômico, fundamentos essenciais para a constituição do capitalismo.

Havia, é verdade, a grande liberdade das ruas. Mas havia também o abandono de qualquer carinho, a falta de todas as palavras boas. [...] Ele queria uma coisa imediata, uma coisa que pusesse seu rosto sorridente e alegre, que o livrasse da necessidade de rir de todos e de rir de tudo. Que o livrasse também daquela angústia, daquela vontade de chorar que o tomava nas noites de inverno. [...] Queria alegria, uma mão que, o acarinhasse, alguém que com muito amor o fizesse esquecer o defeito físico e os muitos anos talvez tivessem sido apenas meses ou semanas, mas para ele seriam sempre longos anos que vivera sozinho nas ruas da cidade, hostilizado pelos homens que passavam, empurrado pelos guardas, surrado pelos moleques maiores (AMADO, 2008, p.32-33).

Ademais, o trecho mencionado da obra nos faz refletir sobre o quanto a miséria econômica e social limita a humanização, produzindo, assim, a violência. Encontrando-se expostas aos riscos do trabalho infantil na rua, as crianças eram submetidas às diversas formas de violência, que variam desde chicotadas de policiais ao abandono do estado na assistência aos direitos sociais. Cabe destacar que essa realidade não se alterou na atualidade, conforme os dados apresentados a seguir.

Frente ao cenário real de desassistência e delinquência vivido pelos filhos da classe operária, em 2024, nos dias 12 e 13 de junho, ocorreu em Brasília o Seminário “Infâncias Invisibilizadas: reflexões sociais e práticas institucionais”, uma iniciativa conjunta entre

diversas instituições, incluindo o Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo foi discutir estratégias para erradicar e combater o trabalho infantil, com um foco no fortalecimento das ações contra essa grave violação de direitos. Durante o evento, foi ressaltado que em 2023, o MTE realizou 1.518 fiscalizações, revelando que 2.564 crianças e adolescentes estavam envolvidos em situações de trabalho infantil, sendo que 89,89% desse total se encontravam nas piores condições laborais. A respeito das formas de ocupação, destacaram-se os trabalhos voltados para autoconsumo e subsistência (BRASIL, 2023).

Com relação aos dados regionais, a Região Nordeste apresentava o maior quantitativo de crianças no contexto do trabalho, com 506 mil trabalhadores nessa condição. Em seguida, aparecem as Regiões Sudeste (478 mil pessoas), Norte (285 mil pessoas), Sul (193 mil pessoas) e Centro-Oeste (145 mil pessoas). Embora não seja a região com maior contingente de pessoas em situação de trabalho infantil, a Região Norte registrou a maior proporção de crianças e adolescentes nessa condição, correspondendo a 6,9% da sua população (BRASIL. Pnad, 2023). Referentes aos dados do estado do Tocantins, o Mapa do Trabalho Infantil revelou que, em 2019, havia 18.969 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos envolvidos em atividades laborais. Dado que a população estimada no mesmo ano para essa faixa etária era de 331.435, o número representou 5,7% do total desse grupo, superando a média nacional de 4,8% (BRASIL, 2019).

O Censo demográfico de 2010 realizado no Brasil revela que 130 mil famílias eram lideradas por crianças. Na fase em que as crianças deveriam estar focadas plenamente em seu futuro, aproximadamente, 661,2 mil indivíduos com idades entre 15 e 19 anos, além de cerca de 132 mil na faixa dos 10 aos 14 anos, eram responsáveis por seus próprios lares (IBGE, 2011). Somente em 2010, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram resgatados 3.716 crianças e adolescentes do trabalho ilegal em todo o país. Em 2008, a maioria das crianças e adolescentes até 17 anos viviam em condição de pobreza, contabilizando 44,7% da população. (IBGE, 2011).

Referente aos números atuais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, cerca de 13,6 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade residiam em domicílios beneficiados pelo programa Bolsa Família, o equivalente a 35,6% desse grupo etário, dentre esses quantitativos 3,4% (466 mil) realizavam atividades econômicas. Vale a pena ressaltar que nem todo trabalho realizado pelas pessoas dessa faixa etária é considerado trabalho infantil, uma vez que nessa contagem também foi contemplado a aprendizagem e o trabalho do adolescente na condição regular. Para análise dos dados, o

instituto adotou o conceito da OIT, no qual é caracterizado por toda atividade perigosa e prejudicial para a saúde e o desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças. Sendo assim, do contingente apresentado anteriormente, 94,4% das pessoas de 5 a 17 anos de idade que realizavam atividade econômica e moravam em domicílios beneficiados pelo programa estavam em situação de trabalho infantil, 11,6% a mais do observado no total de crianças que realizavam atividade econômica (PNAD, 2023).

Para mais, o relatório de 2018 da Unicef, intitulado “Pobreza na Infância e na adolescência”, baseando suas análises na Pnad de 2015, relacionou a pobreza não só a carências financeiras, mas também a uma ou mais dos seguintes recursos: educação, acesso à informação, habitação, água, saneamento e exploração do trabalho infantil. A partir dessa premissa, o relatório mostrou que o contingente de crianças e adolescentes em situação extrema de trabalho infantil faz parte de um grupo de 32 milhões de meninos e meninas de até 17 anos que vivem na pobreza: 61% da população nessa faixa etária no Brasil (53,7 milhões) (UNICEF, 2018).

Entre 2020 e 2023, o canal Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos contabilizou um total de 1.567.142 denúncias. Deste total, 575.795 denúncias referem-se a casos envolvendo violações aos direitos das crianças e adolescentes, representando 37% do montante geral. É importante ressaltar que cada denúncia pode incluir várias violações diferentes. Durante esse período, foram registradas 2.827.032 violações contra essa faixa etária. No cenário observado, nove em cada dez violações de direitos humanos relacionadas à violência sexual, física ou psicológica contra crianças e adolescentes indicam que não foi a primeira ocorrência dessa violência (BRASIL, 2023).

Os dados apresentados evidenciam as condições desumanas da prática laboral que reduz a integridade infantil a uma obediência ao sistema do capital, deslocando os filhos da camada operária para trabalhos insalubres e sem acesso pleno aos direitos fundamentais, produzindo, assim, a vulnerabilidade socioeconômica desta classe.

Outrossim, a história mostra que a criança como ser social, tanto como uma construção quanto como uma condição vivida na própria etapa de construção, se constitui a partir das relações que a sociedade teceu com e para ela e entre ela e a sociedade. A infância das crianças da classe trabalhadora não foi vivenciada na ótica da fragilidade e proteção. Nesse contexto, surge a prática de institucionalização, oferecendo-lhes uma educação moral e moldando-as para o trabalho, atendendo a uma necessidade histórica.

#### 4 PRODUÇÕES DA PSICOLOGIA ACERCA DO TRABALHO INFANTIL

Nessa seção, debateremos como a psicologia, enquanto ciência que pensa acerca dos processos da subjetividade e do psiquismo do sujeito, tem analisado o trabalho infantil sob diversas perspectivas que evidenciam as suas múltiplas facetas. Recuperaremos estudos desenvolvidos por psicólogos ou que se sustentam na ciência psicologia disponíveis nas plataformas digitais descritas na metodologia, com o intuito de cumprir com esse propósito.

Durante as buscas foram encontrados 68 artigos ao todo. Após a exclusão dos artigos que não estavam em conformidade com os critérios para inclusão na análise, uma vez que abordavam de forma secundária a questão em pauta, foram identificadas pesquisas sob um viés crítico, totalizando 11 trabalhos, sustentados teoricamente na Psicologia Social Comunitária. Esses trabalhos discutiam as seguintes temáticas: a experiência do trabalho infantil, os desafios e riscos enfrentados pelas crianças no contexto do trabalho infantil e as ações e políticas de enfrentamento ao trabalho infantil. Cabe salientar que também foram localizados estudos acrílicos sobre o trabalho infantil. Dentre eles, foram selecionados dois que, na sua maioria, atribuíam às famílias e/ou responsáveis da camada operária a responsabilidade pela inserção e manutenção das crianças nesse ambiente, sem problematizar a estrutura social que produz a negligência familiar e o próprio trabalho infantil. Nos parágrafos subsequentes apresentaremos os resultados dos referidos estudos.

Partindo da perspectiva crítica, o estudo de Silva (2018, p.105) evidencia que o trabalho precoce é resultado de processos socioeconômicos que configuram a infância como um espaço de exploração. A questão do trabalho infantil está arraigada em nossa sociedade. Destinado aos filhos de famílias operárias, esse fenômeno intensifica as divisões de classe e limita o pleno desenvolvimento das potencialidades infantis e suas implicações, o que alimenta o ciclo de pobreza e garante a manutenção de uma força de trabalho marginalizada pelo capital. A “constância do trabalho infantojuvenil anda junto ao padrão capitalista, classista, racista e sexista do trabalho que perdura e cada vez mais se sofisticava”.

As produções da psicologia também apontam que o indivíduo, na condição de trabalhador infantil, se constrói em sua atividade, mas, simultaneamente, experimenta um esvaziamento de si, pois não consegue estabelecer uma relação afirmativa com o que faz, uma vez que o sistema o convence a aceitar as condições que lhe são impostas. Assim, o trabalho assume um papel ambivalente: ao mesmo tempo em que é usado como ferramenta para modelar, é causador de sofrimento, gerando sentimentos de inadequação, frustração e angústia (ALBERTO; SANTOS, 2011). Ademais, seguindo a ótica marxista, Silva e Alberto (2022)

apresentam que a exploração do trabalho implica na criação da hierarquia das relações sociais de produção, ao induzir o trabalhador ao domínio da classe burguesa, expropria-o em suas condições materiais, assim como o convence a se incorporar no processo produtivo, fornecendo parâmetros para a naturalização desse fenômeno.

Para Nobre (2003) o silenciamento da sociedade acerca do trabalho infantil está intrinsecamente associado ao significado que esta atribui ao trabalho. Tal percepção acaba por legitimar sua prática e, em determinados casos, até torná-lo desejável, ao considerar que o trabalho infantil contribui para a formação moral, previne o envolvimento com a criminalidade e tem um caráter dignificante. A psicologia, nesse sentido, atua desmistificando essas narrativas e promovendo uma visão questionadora, que reconheça a infância como um período que requer proteção integral e completa.

Outra contribuição das pesquisas a cerca dessa temática, diz respeito aos riscos ocultos a que estão submetidas às crianças em situação de labor. Silva e Duarte (2020) destacam que as crianças ao assumirem o trabalho como uma atividade necessária à subsistência, não têm a real consciência do quanto são afetadas pelo trabalho. No entanto, é possível observar que o trabalho realizado por elas retira momentos importantes para o brincar e o aprendizado, sobrecarregando o corpo em desenvolvimento com esforços físicos excessivos e danos irreversíveis.

No que se refere às medidas de proteção destinadas a essa população, as pesquisas apontam que apesar da existência dos direitos sociais preconizados na Constituição Federal Brasileira e no ECA e da rede de proteção, cujo objetivo é proteger os direitos das crianças; crianças continuam expostas ao trabalho infantil e demais formas de violência. Para mais, as políticas sociais voltadas para a infância no Brasil, em consonância aos princípios capitalistas, construíram-se, historicamente, uma educação para o trabalho apoiada em ações compensatórias e fragmentadas. Isso ocorre, pois, o Estado, em sua configuração atual, fundamenta-se sobre o capital, e suas políticas estão envoltas em um discurso amplamente aceito de democracia (SILVA; ALBERTO, 2022).

Em relação ao papel da psicologia no enfrentamento ao trabalho infantil, compreende-se o compromisso com a realidade social, identificando a necessidade de reconhecer as dinâmicas e demandas específicas das populações em contexto laboral, assim como promover o fortalecimento da autonomia e o empoderamento dos sujeitos e das comunidades para que sejam agentes de sua própria transformação social, como pontuado por Rocha (2023). A autora reitera, também, que é preciso estabelecer práticas que envolvam a comunidade na

formulação e execução de estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil, respeitando suas subjetividades e culturas.

No que tange a concepção acrítica, constatou-se que a delinquência, a marginalização e o trabalho infantil estão interligados ao papel que a família desempenha na educação e proteção das crianças, afirmando a importância de se investigar as relações educacionais entre pais e filhos para avaliar a viabilidade da família como um recurso positivo. Seguindo essa ótica, as autoras Carvalho e Gomide (2005) afirmam que, apesar da ineficiência de assegurar as políticas públicas no contexto brasileiro, é preciso que os pais além de garantirem as necessidades básicas das crianças, estejam dispostos a acolhê-las e ouvi-las, evidenciando a relevância das normas da sociedade, para que assim seja garantido a elas orientações de comportamento que promovam tanto o autorrespeito quanto o respeito pelo próximo. Assim, essas crianças terão maior chance de buscar sua realização pessoal de maneira mais saudável, evitando agressões, violências e dependências químicas.

Na perspectiva citada, as famílias são percebidas como exploradoras de seus filhos. No entanto, nota-se a ausência do entendimento adequado sobre os fatores que motivam as famílias da camada trabalhadora decidirem pela inserção precoce de suas crianças no sistema produtivo. Além de não considerarem o contexto exploratório da sociabilidade humana guiada pelo capital, no qual insere os indivíduos em situação de risco, encontrando-se fragilizados.

Face ao exposto, verificamos que a maioria dos estudos produzidos pela psicologia compreende o trabalho infantil abarcando a sua totalidade e multideterminações, porém ainda temos pesquisas que individualizam sua produção e apostam na educação moral para a sua superação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar os impactos do trabalho infantil, produto do sistema capitalista, na construção da infância e compreender como a psicologia interpreta e aborda a produção dessa experiência. Logo, o estudo nos possibilitou entender que as experiências do trabalho infantil configuram uma das formas mais severas de violação dos direitos fundamentais das crianças, afetando a produção da infância em suas dimensões históricas, sociais e culturais. No contexto do capitalismo, esse fenômeno é ainda mais consolidado, uma vez que por meio da exploração e da exclusão social, a sociedade, de forma transparente, silencia e amordaça esses sujeitos e suas necessidades.

Os diversos estudos realizados e a trajetória dos capitães da areia aqui analisados mostram que certos aspectos foram uma constante na vivência das crianças em meio ao trabalho infantil. Dentre eles destacamos o pertencimento a classe mais vulnerável, e, por conseguinte, a camada marginalizada da população, a limitada convivência com sua família, o desenvolvimento desassistido e o não acesso de forma geral a qualquer tipo riqueza produzida pela humanidade. Tais elementos são reforçados pelos princípios que naturalizam ou, por sua vez, romantizam o labor, perpetuando um ciclo de invisibilidade e negligência social.

No campo da psicologia, verificamos que as pesquisas ressaltam a necessidade de considerar a criança como um ser social, a partir de uma abordagem que vá além da ótica individualista e desenvolvimentista. Essa perspectiva, ao desafiar as narrativas hegemônicas, propõe a promoção do enfretamento ao trabalho precoce.

Em razão da falta de reconhecimento do aspecto econômico-social na produção da infância, combinado ao fato de não ser um processo antagônico aos interesses do capital, os direitos sociais, associado à falta de integração entre políticas públicas e ações comunitárias, resulta em uma aplicação limitada da assistência às crianças, assim como, uma fragilização da rede de proteção. Os dados expostos reforçam essa realidade, o elevado número de crianças ainda submetidas a condições precárias de trabalho no Brasil destaca a carência de esforços coordenados para o enfrentamento do trabalho infantil.

Isso posto, este trabalho não supre a necessidade de continuidade das discussões aqui iniciadas, mas esperamos que ele, de alguma forma, contribua para o entendimento do trabalho infantil como um fenômeno complexo e multifacetado. A questão em foco precisa ser compreendida em sua totalidade, o que envolve entender suas implicações para a construção da infância e o papel da psicologia na produção de conhecimentos e ações para sua superação. Nossa expectativa é oferecer elementos objetivos para evidenciar a importância de

um olhar sensível e engajado na transformação das condições que vulnerabilizam crianças e perpetuam desigualdades.

Por fim, reafirma-se a urgência de valorizar a infância como um período de direitos totais, caracterizada pela liberdade para o brincar, o aprender e o desenvolver-se integralmente. Que as crianças sejam vistas não como força de trabalho, mas como sujeitos de potencialidades e possibilidades, cujo futuro deve ser prioridade para todos os setores da sociedade. Tais transformações são possíveis em uma sociabilidade humana que se diferencia daquela guiada pelo capital, garantindo uma infância protegida de qualquer forma de exploração e reconhecida em sua singularidade.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.
- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. O trabalho infantil na rua. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 13, n. 1, p. 59-71, 2010.
- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; SANTOS, Denise Pereira dos. Trabalho infantil e desenvolvimento: reflexões à luz de Vigotski. **Psicologia em estudo**, v. 16, p. 209-218, 2011.
- AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Posfácio de Milton Hatoum. 6.ed.reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, SP: Boitempo. 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Século XXI**: Nova era da precarização do trabalho? Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho., 2008. Mesa 1 - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.
- BARBOSA, Ivone Garcia; MARTINS, Telma Aparecida Teles; SOARES, Marcos Antônio. Infância, educação e trabalho: relações contraditórias na vida da criança no contexto capitalista. **Revista Polyphonia**, v. 32, n. 2, p. 39-58, 2021.
- BASTOS, Maria do Socorro Soares. **Caracterização do trabalho infantil na cidade de Palmas no Tocantins**. Artigo de Graduação (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2022.
- BATISTA, Leonardo dos Santos; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista brasileira de iniciação científica**, 2021.
- BOARINI, Maria Lúcia; BORGES, Roselânia Francisconi. Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 3, p. 83-108, 1998.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Combate ao trabalho infantil**. Brasília, DF: Mapa, 2023.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Mapa do trabalho infantil**. 2019. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/mapa-do-trabalho-infantil/trabalho-infantil-no-tocantins/>.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e adolescentes**: DDN 100. 2023.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; GOMIDE, Paula Inez Cunha. Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 22, p. 263-275, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. Os diferentes ramos da indústria: os operários fabris em sentido estrito. In: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 86-104.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. 2011. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>

JACCOUD, Luciana de Barros. **Pobres, pobreza e cidadania**: os desafios recentes da proteção social. Repositório Ipea, 2009.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálisis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

MARTINS, Maria Helena Pires. **A construção da humanidade**. Cadernos Cenpec. n. 7, 2010.

MARX, Karl. (1988a). A assim chamada acumulação primitiva. In K, Marx. **O capital: crítica da economia política**. 3a ed. São Paulo, SP: Nova Cultural

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. O Capital. Livro 1. Volume I. **Crítica da economia política: O processo de produção do capital** [1867]. Tradução: R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** [em linha]. jul. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, edição 21, 2002.

NOBRE, Letícia Coelho da Costa. **Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersectorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. Ciência e Saúde Coletiva**, v.8, n.4, 2003.

PASQUALINI, Juliana Campregher. **Princípios para a organização do ensino na Educação infantil na perspectiva histórico-cultural: um estudo a partir da análise da prática do professor**. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em educação escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Araraquara, 2010.

PERES, Franciely Correia. **A saúde mental de profissionais que trabalham com métodos autocompositivos no campo jurídico**. 2022. 101 f. Artigo de Graduação (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PNAD Contínua. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Trabalho de crianças e adolescente de 5 a 17 anos de idade, 2022.

PNAD Contínua. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Trabalho de crianças e adolescente de 5 a 17 anos de idade, 2023.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA, Amanda Gomes da. **A psicologia no enfrentamento ao trabalho infantil: um relato de experiência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. 2023. 49f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2023.

SANTOS, Lourival Santana; ARAÚJO, Ruy Belém de. A revolução industrial. **História econômica geral e do Brasil**. Cesad, Aula 3, 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCOTT, Juliano Beck et al. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018.

SILVA, Ana Cristina Serafim da; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Os processos de silenciamento e naturalização do trabalho infantil na sociedade brasileira. **Tendências em Psicologia**. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43076-022-00189-0>

SILVA, Ana Cristina Serafim. O trabalho infanto-juvenil em oficinas mecânicas e lava a jatos no Tocantins. **Trabalho (En) Cena**, v. 3, n. 3, p. 100-114, 2018.

SILVA, Ana Cristina Serafim; DUARTE, Raimara Pereira Lourenço. O trabalho infantojuvenil e a ausência de dados: percepção da rede de proteção. **Barbarói**, n. 57, p. 65-87, 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pobreza na Infância e na adolescência**. Relatório, Brasil: 2018.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Relatório da situação da infância e adolescência brasileiras: diversidade e equidade**. Brasília, 2003.

ZANIANI, Ednéia José Martins; BOARINI, Maria Lúcia. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 272-281, 2011.